
JORNAL CONECTANDO SABERES

ENTRE RUÍNAS E SOBREVIVÊNCIAS:

Genocídio na Faixa de Gaza



PET DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA

33ª edição

Dezembro/2025

Ano xv



**COORDENAÇÃO E REVISÃO
TEXTUAL:**

DANIEL VIANA DE SOUZA

REDAÇÃO:

BIANCA DUARTE

GRAZIELE GERHARDT

ISADORA UGOSKI DAMÉ

LUCIMARA LIBARINO SILVA

LUAN LUCAS VALINS DA SILVEIRA

LUIZA DE OLIVEIRA MACIEL

MARIA FERNANDA FERNANDES

MAX CHAGAS SOARES

ROBSON RODRIGUES DA SILVA

JUNIOR

TAYANNE COSTA

VINICIUS DIOGO PAZ AMORIM

**PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO
E INFOGRAFIA:**

ISADORA UGOSKI DAMÉ

LUAN LUCAS VALINS DA SILVEIRA

MARIA FERNANDA FERNANDES

CAPA:

LUAN LUCAS VALINS DA SILVEIRA

ISADORA UGOSKI DAMÉ

CONTRACAPA:

LUAN LUCAS VALINS DA SILVEIRA

ISADORA UGOSKI DAMÉ

FOTOGRAFIA:

MAHMUD HAMS

OLÁ, CAROS/AS LEITORES/AS!

APRESENTAMOS A 33ª EDIÇÃO DO JORNAL CONECTANDO SABERES, COM O TÍTULO "ENTRE RUÍNAS E SOBREVIVÊNCIAS: GENOCÍDIO NA FAIXA DE GAZA"

ENTRE RUÍNAS E SOBREVIVÊNCIAS, A DEVASTAÇÃO DA FAIXA DE GAZA GANHA FORMA NO OLHAR ATENTO DE NOSSA COMUNIDADE ACADÊMICA. ESTE JORNAL UNIVERSITÁRIO LEVANTA UM GRITO SILENCIOSO CONTRA A BARBÁRIE: AS HISTÓRIAS QUE SE DESENNOLAM ALI VÃO ALÉM DAS MANCHETES, INTERROGAM VALORES E CONVOCAM CONSCIÊNCIAS. ESTA EDIÇÃO OFERECE UM PANORAMA CRÍTICO DOS MÚLTIPLOS ASPECTOS DE UMA TRAGÉDIA HUMANITÁRIA.

NOSSOS COLUNISTAS ENFOCAM A DESUMANIZAÇÃO DE CIVIS INOCENTES E O DIREITO ELEMENTAR À VIDA, DESTACANDO O SOFRIMENTO DE MULHERES E CRIANÇAS. COLOCAMOS EM PAUTA A SAÚDE MENTAL ABALADA PELA GUERRA; A EDIÇÃO AINDA INVESTIGA COMO A FOME E A INSEGURANÇA ALIMENTAR OPERAM COMO ARMAS DE GUERRA, AMEAÇANDO OBLITERAR A SOBREVIVÊNCIA BÁSICA DE MILHARES DE FAMÍLIAS.

PERGUNTAMOS POR QUE A EMPATIA SELETIVA NOS DISTANCIA DOS DRAMAS ALHEIOS E DISCUTIMOS O PAPEL DAS MÍDIAS NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O CONFLITO. AVALIAMOS TAMBÉM INICIATIVAS JURÍDICAS, INCLUINDO AS INVESTIGAÇÕES DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, NA TENTATIVA DE BUSCAR RESPONSABILIDADE POR CRIMES DE GUERRA. NÃO SE TRATA DE MERA RECAPITULAÇÃO DE FATOS, MAS DE UM CONVITE À REFLEXÃO ÉTICA, À SOLIDARIEDADE ENGAJADA E AO PENSAMENTO CRÍTICO. CONVIDAMOS O LEITOR A EXPLORAR CADA ARTIGO DESTA EDIÇÃO COMO UMA FERRAMENTA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE UMA REALIDADE QUE CLAMA POR JUSTIÇA E HUMANIDADE.

SUMÁRIO

1. AGRADECIMENTOS
2. INTRODUÇÃO: ‘GAZA: VIDAS QUE IMPORTAM, MEMÓRIAS QUE RESISTEM’
3. GAZA E A MEMÓRIA DO GENOCÍDIO: ECOS DE UMA HISTÓRIA SILENCIADA
4. INSEGURANÇA ALIMENTAR NA GUERRA DA PALESTINA
5. TERAPIA OCUPACIONAL EM GAZA: HISTÓRIAS MARCADAS PELA GUERRA E PELA RECONSTRUÇÃO DE VIDAS
6. GENOCÍDIO EM GAZA SOB JURISDIÇÃO INTERNACIONAL
7. SAÚDE MENTAL COMO CAMPO DE BATALHA: GAZA E A POLÍTICA DO SOFRIMENTO
8. QUANDO A EMPATIA FALHA: A SELETIVIDADE MORAL DIANTE DO GENOCÍDIO NA PALESTINA
9. DO HOLOCAUSTO AO GENOCÍDIO EM GAZA: QUANDO A HISTÓRIA NÃO BASTA
10. QUALIDADE MIDIÁTICA E FORMAÇÃO DA OPINIÃO SOBRE O CONFLITO

AGRADECIMENTOS

AOS NOSSOS QUERIDOS:

CARLOS EDUARDO SILVA FERREIRA
GIOVANA POZZA
RAPHAEL MEIRELES DE OLIVEIRA
STEFANI DOMINGUES

É COM IMENSA ALEGRIA QUE O JORNAL CONECTANDO SABERES, EM NOME DE TODOS E TODAS AS ATUAIS PARTICIPANTES DO PET DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA, EXPRESSA A MAIS PROFUNDA GRATIDÃO E RECONHECIMENTO AOS QUERIDOS(AS) PETIANOS(AS) QUE ESTÃO CONCLUINDO MAIS UMA IMPORTANTE ETAPA DE SUAS VIDAS ACADÊMICAS.

NESTE ANO, QUEREMOS CELEBRAR AS TRAJETÓRIAS DE CARLOS EDUARDO SILVA FERREIRA, GIOVANA POZZA, RAPHAEL MEIRELES DE OLIVEIRA E STEFANI DOMINGUES, QUE DEIXAM EM NOSSO GRUPO MARCAS DE DEDICAÇÃO, CARINHO E COMPROMISSO COM OS VALORES QUE NOS UNEM.

CARLOS EDUARDO, SUA POSTURA COMUNICATIVA E SEU COMPROMETIMENTO COM AS CAUSAS EM QUE ACREDITA SEMPRE INSPIRARAM O GRUPO. SUA ENERGIA E ENVOLVIMENTO NAS DISCUSSÕES E PROJETOS MOSTRARAM O QUANTO A FORÇA DAS IDEIAS PODE TRANSFORMAR REALIDADES.

GIOVANA, SUA LONGA JORNADA NO PET É MOTIVO DE ADMIRAÇÃO. SEMPRE EMPENHADA EM CADA PROJETO, DEMONSTROU UMA LINDA EVOLUÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL, MARCADA POR SENSIBILIDADE, RESPONSABILIDADE E AMOR PELO QUE FAZ.

RAPHAEL, SUA GENTILEZA, CARISMA E COMPROMETIMENTO COM CADA PROJETO TOCARAM A TODOS NÓS. É IMPOSSÍVEL NÃO RECONHECER A PESSOA INCRÍVEL QUE VOCÊ É E O QUANTO SUA PRESENÇA TORNOU O AMBIENTE MAIS LEVE E ACOLHEDOR.

STEFANI, MULHER FORTE E FOCADA, SEMPRE DEMONSTROU EMPATIA E RESPEITO, COLOCANDO-SE NO LUGAR DO OUTRO COM GENEROSIDADE E COMPREENSÃO. SUA DETERMINAÇÃO E SENSIBILIDADE FORAM INSPIRAÇÕES CONSTANTES PARA O GRUPO.

DESEJAMOS A CADA UM E CADA UMA MUITO SUCESSO NOS CAMINHOS QUE ESCOLHEREM TRILHAR. QUE ESSA NOVA FASE SEJA REPLETA DE CONQUISTAS, APRENDIZADOS E REALIZAÇÕES. O PET DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA SE ORGULHA PROFUNDAMENTE DE TER FEITO PARTE DA TRAJETÓRIA DE VOCÊS.

COM CARINHO,
EQUIPE EDITORIAL DO JORNAL
CONECTANDO SABERES
PET DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA

AGRADECIMENTOS

MENSAGEM À ALESSANDRA GASPAROTTO:

SE DESPEDIR DE UM CICLO DE TUTORIA É, ACIMA DE TUDO, CELEBRAR AQUILO QUE MARCA DE FORMA PERMANENTE CADA UM DE NÓS. AO LONGO DE SUA REGÊNCIA NO PET DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA, A PROFESSORA ALESSANDRA GASPAROTTO, OU SIMPLEMENTE SANA COMO CARINHOSAMENTE COSTUMAMOS CHAMAR, NÃO FOI APENAS UMA ORIENTADORA ACADÊMICA, MAS UM GRANDE PORTO SEGURO PARA SEUS PETIANOS.

EM UM PROGRAMA QUE PREZA PELA CONVIVÊNCIA COM O DIFERENTE E PELO COMBATE AOS PRECONCEITOS, SANA PERSONIFICOU ESSES VALORES ATRAVÉS DE SUA ESCUTA ATIVA E GENEROSA. SUA DISPOSIÇÃO EM APOIAR O CRESCIMENTO DE CADA MEMBRO — INDEPENDENTEMENTE DE SUAS ÁREAS DE ESTUDO — DEMONSTROU QUE A VERDADEIRA EDUCAÇÃO VAI ALÉM DOS LIVROS: ELA SE FAZ NA EMPATIA E NO INCENTIVO AO POTENCIAL HUMANO E NA CRENÇA EM CADA DISCENTE QUE FAZ PARTE DO PROGRAMA.

SE HOJE O GRUPO POSSUI A MATURIDADE PARA DISCUTIR TOLERÂNCIA E DIVERSIDADE COM PROFUNDIDADE, É PORQUE TEVE GRANDE PARTICIPAÇÃO E EXEMPLO DE UMA TUTORA QUE SOUBE SER GUIA NOS MOMENTOS DE DÚVIDA E INCENTIVO NOS MOMENTOS DE CONQUISTA. SANA ACREDITOU NO NOSSO DESENVOLVIMENTO PESSOAL, PROFISSIONAL E ACADÊMICO, MOLDANDO NÃO APENAS ESTUDANTES, MAS CIDADÃOS MAIS CONSCIENTES E SENSÍVEIS AOS TEMAS DA DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA.

PROFESSORA ALESSANDRA, ENCERRAMOS ESTE CAPÍTULO EM 2025 COM O CORAÇÃO TRANSBORDANDO GRATIDÃO. SEU LEGADO DE SUPORTE E ACOLHIMENTO PERMANECE VIVO EM CADA AÇÃO QUE O PET CONTINUARÁ A REALIZAR.

O EDITORIAL DA 33ª EDIÇÃO DO JORNAL CONECTANDO SABERES E O PET DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA AGRADECEM POR TER SIDO ORIENTAÇÃO E AUXÍLIO A ENCONTRAR O CAMINHO. E POR NOS ENSINAR QUE O RESPEITO É A BASE DE TODO O SABER.

Gaza: vidas que importam, memórias que resistem

Isadora Ugoski Damé

Medicina - UFPel

Oque acontece hoje na Faixa de Gaza não pode ser entendido como um fato isolado nem como um conflito recente entre duas partes em condições iguais. Trata-se da continuidade de um processo histórico marcado pela ocupação de territórios, pela retirada forçada de populações e pela negação sistemática de direitos ao povo palestino. Esse processo tem início em 1948, com a criação do Estado de Israel e a Nakba, termo que significa “catástrofe” e se refere ao deslocamento forçado de mais de 700 mil palestinos, além da destruição de centenas de comunidades. Desde então, a população palestina vive sob um cenário constante de violência, perda de território e fragmentação de suas formas de vida.

Ao longo das décadas, a Palestina histórica foi atravessada por guerras, ocupações militares e políticas de colonização que desrespeitam normas do direito internacional. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel passou a ocupar a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza, instaurando um regime de controle que limita a circulação de pessoas, o acesso a recursos básicos e o direito do povo palestino de decidir sobre seu próprio futuro. Em Gaza, essa realidade é ainda mais grave. Desde 2007, o território está submetido a um cerco que restringe a entrada de alimentos, água, medicamentos, energia e outros bens essenciais, fazendo com que mais de dois milhões de pessoas vivam em condições extremamente precárias.

Esse cenário se agravou de forma dramática a partir de outubro de 2023, com a intensificação da ofensiva militar israelense. Bombardeios em larga escala, destruição de hospitais, escolas e moradias, deslocamentos forçados e o uso da fome como estratégia de guerra produziram um sofrimento coletivo de grandes proporções, atingindo de forma especialmente violenta crianças, mulheres e idosos. Diante da repetição e da organização dessas práticas, organizações internacionais, juristas e entidades de direitos humanos têm afirmado que o que ocorre em Gaza vai além de um conflito armado, configurando crimes de guerra, crimes contra a humanidade e atos genocidas.

Esta edição do JORNAL CONECTANDO SABERES parte do entendimento de que produzir conhecimento implica responsabilidade ética e política. Ao reunir textos de diferentes áreas, esta edição busca questionar narrativas que minimizam ou naturalizam a violência em Gaza, dando visibilidade aos impactos desse processo sobre corpos, subjetividades e modos de vida, e reafirmando a importância de nomear o genocídio como forma de enfrentar o silenciamento.

Em um contexto de destruição constante, há o risco de banalização do sofrimento. Este jornal reafirma que nenhuma justificativa pode legitimar o extermínio de um povo, defendendo a memória, a dignidade das vidas palestinas e a recusa do silêncio diante de uma grave violação de direitos humanos.

Gaza e a Memória do Genocídio: Ecos de uma História Silenciada

Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza

Departamento de Museologia,
Conservação e Restauro/UFPel

O atual massacre do povo palestino em Gaza não pode ser compreendido como um episódio isolado. Trata-se da continuidade de um projeto político de extermínio e ocupação iniciado há mais de sete décadas.

As imagens de destruição e as cifras de mortos, que chocam o mundo, são parte de um processo sistemático de desumanização, protagonizado pelo Estado sionista de Israel que atua como braço do imperialismo, sustentado pelo silêncio e pela convivência das potências internacionais.

De modo que, nomear essa violência como genocídio é um ato de responsabilidade histórica, além de um compromisso ético com a memória do nosso tempo. Com efeito, o genocídio nunca é um evento fechado em si próprio, mas sempre o desdobramento de um projeto ideológico-estrutural e político de longo prazo. Projetos racistas, supremacistas e expansionistas, como foi o nazismo antes e como é o sionismo hoje – e desde a sua fundação no final do século XIX –, tendem a recorrer à violência genocidária como instrumento de dominação colonial.

Conforme afirma o jornalista judeu Breno Altman (2023), o próprio “código genético” do sionismo baseia-se na criação de um estado de supremacia étnica judaica e na colonização da Palestina. De maneira que, para construir esse estado num território ocupado por outro povo, os palestinos, é preciso ocupar as terras expulsando as pessoas das suas casas, destruindo a infraestrutura básica que garante o funcionamento e a sobrevivência daquela população.

No contexto de criação do Estado de Israel, em 1948, a chamada Nakba – “catástrofe”, em árabe – marcou o desalojamento forçado de mais de 700 mil palestinos, além da destruição de centenas de suas vilas. Desde então, a lógica da ocupação e da limpeza étnica tem se mantido sob diferentes formas, como o uso de táticas verdadeiramente terroristas por parte de milícias israelenses, impondo pânico e forçando a continuidade da fuga dos que ainda hoje resistem. Se naquele momento, o recém proclamado governo israelense já havia tomado 78% das terras palestinas, atualmente o controle sobre a chamada Palestina histórica já chega a 97% (Prashad, 2025).

continua...

Gaza e a Memória do Genocídio: Ecos de uma História Silenciada

Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza

Departamento de Museologia, Conservação e Restauro/UFPel

Contudo, em dado momento, tal dominação chegou a alcançar 100% do território palestino. Isso se deu em 1967, com a chamada Guerra dos Seis Dias, quando Israel, de forma “preventiva”, ataca o Egito, a Síria, a Jordânia e ocupa colonialmente a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. É importante acentuar que jamais foi cumprida a Resolução 242 da Organização das Nações Unidas (ONU), que exigia o fim das ocupações. Assim sendo, parece restar cristalina a exposição mundial de Israel como um estado colonial absoluto e, portanto, desobediente do direito internacional.

A despeito da demonização plena e tendenciosa que se faz do Hamas, é preciso entender que ele surge durante a primeira Intifada, no final da década de 1980, na Faixa de Gaza, como produto da politização de um braço da Irmandade Muçulmana, movimento social islâmico transnacional marcado pelo seu forte ativismo político em oposição ao imperialismo do ocidente moderno.

Até os anos 2000 ocorreram duas Intifadas, revoltas populares anticoloniais em resposta à ocupação e ao evidente descumprimento dos Acordos de Oslo por Israel, sabotando a criação do Estado Palestino ao impulsionar assentamentos ilegais na Cisjordânia.

Fato é que, após o Hamas vencer as eleições parlamentares na Palestina em 2006 e sair do governo por conta de pressão externa – isolamento, boicotes etc. – Israel cerca Gaza completamente por terra, mar e ar, que se transforma, segundo o Alto Comissário de Direitos Humanos da ONU, Volker Turk (2023), na “maior prisão a céu aberto do mundo”. Seguiram-se dezesseis anos de cerco e operações de aniquilamento contra a população de Gaza, culminando no ataque de 7 de outubro de 2023, por muitos considerado uma espécie de contra-ataque em resposta a essa situação.

Cada ataque militar, cada bombardeio, independente de quem o implemente, retoma e atualiza essa história de expulsão e apagamento, sobre a qual se deve buscar as tintas para delinear a memória desse “conflito”. Neste sentido, cumprem papel fundamental as potências ocidentais, as narrativas coloniais e a própria ONU. Tais potências, lideradas pelos Estados Unidos (EUA), têm uma aliança estratégica com Israel, que serve como ponta de lança dos seus interesses no Oriente Médio. Não por acaso o bilionário apoio militar e econômico dos EUA a Israel, seu “porta-aviões mais eficaz” (Altman, 2023). A ONU, por seu turno, embora tenha aprovado resoluções que legitimam a resistência palestina – como a Resolução 3103 de 1973, que garante o direito à luta armada contra a ocupação colonial –, tem se mostrado impotente,

Gaza e a Memória do Genocídio: Ecos de uma História Silenciada

Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza

Departamento de Museologia, Conservação e Restauro/UFPel

uma vez que essas resoluções foram frontal e constantemente desrespeitadas por Israel. Importante acentuar que a própria ONU considerou o sionismo como “uma forma de racismo e discriminação racial” (Resolução 3379, 1975), que na prática se verifica na própria estrutura legal do Estado de Israel, regrado por um arcabouço de leis que discrimina os árabes israelenses no que tange a direitos sociais, econômicos e civis, fazendo dele, nas palavras de Altman (2023), a única “etnocracia formal do planeta”, comparável à África do Sul do período do Apartheid.

De maneira que, para circunscrever essa memória é inevitável reafirmar o genocídio.

A Convenção da ONU de 1948 define genocídio como qualquer ato cometido com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. À luz dessa definição, e considerando as ações de Israel em Gaza – destruição de hospitais, escolas, redes de energia e abastecimento etc. –, não fica difícil afirmar categoricamente que, sim, estamos presenciando um genocídio.

O cerco total imposto a Gaza desde 2007 tornou sua população totalmente refém do estado sionista, incluindo o acesso aos serviços e recursos mais básicos como água, comida e energia elétrica. O bloqueio financeiro e o controle absoluto do comércio e câmbio, resultantes dos Acordos de Oslo, à propósito, mantêm o povo palestino numa dependência absoluta.

Assim, a Faixa de Gaza, há quase duas décadas, vem sendo submetida a um elaborado e eficiente processo de aniquilamento. É aqui que cabe a incômoda pergunta que se insiste tanto em evitar: no que tudo isso se diferencia do que ocorreu na Alemanha nazista? Crianças morrendo em escala industrial, mais de meio milhão de pessoas passando fome, dentre outras barbáries, têm sustentado a comparação da Gaza atual, como um verdadeiro campo de extermínio, ao gueto de Varsóvia na Segunda Guerra Mundial.

É como bem observa o historiador israelense Ilan Pappé (2021), não se trata de “excessos de guerra”, mas de uma “limpeza étnica planejada”, que para ser bem-sucedida não pode abrir mão de se somar à retórica da desumanização dos palestinos.

Mas nessa guerra discursiva há outro elemento fundamental, o uso do antissemitismo como escudo. Ou seja, o sionismo utiliza dessa mácula contra os judeus para justificar suas ações, transformando, por exemplo, qualquer protesto contra o Estado de Israel em um ato de antissemitismo. Trata-se, desta forma, de uma apropriação da narrativa do holocausto para legitimar o projeto colonial, como se houvesse legitimidade nos crimes cometidos por Israel, justificados pelo sofrimento que os judeus outrora enfrentaram.

Gaza e a Memória do Genocídio: Ecos de uma História Silenciada

Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza

Departamento de Museologia, Conservação e Restauro/UFPel

O genocídio, aqui, é método de governo, instrumento de controle territorial e blindagem discursivo-ideológica.

Em vista disso, a batalha em torno das narrativas é parte central do conflito, desempenhando a mídia ocidental função crucial neste horizonte. O lobby sionista, de abrangência internacional, tem ampla influência sobre universidades, veículos de comunicação, indústria cinematográfica, entre outros meios. Na mídia tradicional brasileira só existe um ponto de vista: pró-Israel e crítico à Palestina. Esta vedação da informação só consegue ser minimamente rompida graças à internet e ao esfacelamento da imagem do Estado de Israel ante a tantas imagens do massacre sendo difundidas em tempo real.

A narrativa imposta por grande parte da mídia de uma “guerra entre dois lados”, opera, assim, a partir do aparato discursivo da ideologia ocidental-imperialista, o apagamento das desigualdades estruturais, legitimando a violência colonial. O silêncio diplomático, por sua vez, perpetua o ciclo da impunidade, e isto, por outro lado, torna cada vez mais imperiosa uma articulação do Sul Global na tomada de decisões mais enfáticas no sentido de evidenciar não só as feridas morais do sionismo, mas do enfrentamento dos seus crimes, seja por meio do rompimento de relações comerciais e diplomáticas, ou através de boicotes. Transformar o Estado sionista em um párea da humanidade, seria, inclusive, repetir a estratégia

bem-sucedida direcionada ao regime do Apartheid sul-africano.

A resistência palestina, nesse contexto, também é uma luta pela memória: contra o esquecimento e contra a negação do próprio direito de existir.

Relembrar a Nakba, denunciar o genocídio e dar voz e visibilidade às vítimas não são gestos de caridade, assim como não devem ser preocupações pontuais, desconexas e esvaziadas de historicidade. A memória palestina é um ato de resistência frente à máquina de apagamento que se renova a cada bombardeio, a cada assassinato a sangue frio, a cada prisão arbitrária, a cada estupro, a cada violação ao direito básico de ser humano.

Num mundo habituado à barbárie transmitida em tempo real, reconhecer o genocídio em Gaza é recusar a cumplicidade do silêncio e afirmar, com todas as letras, que nenhuma segurança nacional justifica o extermínio de um povo. Então, mais do que reconhecer o genocídio, é preciso que a memória que construímos sobre ele, que se faz diariamente, no presente, seja eivada pela denúncia de um processo estruturalmente inerente ao projeto colonial sionista.

Gaza e a Memória do Genocídio: Ecos de uma História Silenciada

Prof. Dr. Daniel Maurício Viana de Souza

Departamento de Museologia, Conservação e Restauro/UFPel

Afinal, se concordamos com a metáfora de Altman (2023) sobre o genocídio não ser um terremoto repentino que destrói um edifício, mas a fundação envenenada e a corrosão intencional da sua estrutura, precisamos então desse lastro histórico para não cairmos na armadilha de uma memória estanque, acrítica, pobre e impotente ante ao exercício do poder imperial.

O projeto sionista, ao exigir uma casa (estado) construída exclusivamente para uma etnia sobre a terra de outra, necessita que suas fundações sejam a expulsão e a segregação (Nakba e apartheid).

Portanto, a violência genocidária atual imposta ao povo palestino é apenas o colapso lógico e inevitável (o telhado caindo) de uma construção planejada para aniquilar quem estava no caminho. Jamais esqueçamos disso.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Breno. Contra o sionismo: retrato de uma doutrina colonial e racista. Alameda, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Israel-Palestina: chefe de Direitos Humanos aponta crimes de guerra dos dois lados do conflito. Nova Iorque: ONU News, 8 nov. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1823137>. Acesso em: 13 nov. 2025.

PAPPE, Ilan. A Limpeza Étnica da Palestina em 1948. UCG Ebooks. Lisboa, 2021.

PRASHAD, Vijay. O controle de Israel de 97% da Palestina histórica. São Paulo: Brasil de Fato, 14 maio 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/vijay-prashad/2025/05/14/o-controle-de-israel-de-97-da-palestina-historica>. Acesso em: 13 nov. 2025.

Insegurança alimentar na guerra da Palestina

Bianca Leocadio Duarte

Nutrição - UFPel

Insegurança alimentar é a falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes para garantir um aporte nutricional digno ao indivíduo. Ela se classifica em 3 níveis, leve, moderada e grave.

A insegurança alimentar leve é caracterizada por incerteza sobre o acesso a alimentos adequados e preocupação com a possibilidade de faltar comida. Já na insegurança moderada a pessoa limita a quantidade e variedade dos alimentos que consome, o que afeta a qualidade nutricional e pode prejudicar a saúde. Quando se fala em insegurança grave estamos falando da fome, onde há privação extrema de alimentos, o que leva a consequências severas para a saúde em nível físico e mental, como a desnutrição e perda de peso.

Em países como o Brasil e até mesmo outros países sub desenvolvidos as causas que levam a essa insegurança são, fatores sociais e econômicos. Nesse caso, a insegurança está diretamente ligada às piores condições socioeconômicas, acesso limitado a recursos, desigualdade social e falhas nos sistemas alimentares. Podemos dizer que existem inúmeras outras causas para que a insegurança alimentar se instale ao redor do mundo, por exemplo, as mudanças climáticas que afetam diretamente a produção de alimentos e alguns conflitos.

Um exemplo de como os conflitos podem levar à insegurança alimentar severa é o caso da Guerra da Palestina, que é noticiada diariamente. A guerra causa insegurança alimentar porque destrói a produção agrícola, interrompe as cadeias de suprimentos e dificulta o acesso a alimentos.

A violência que é gerada impede o deslocamento da população em segurança e da ajuda humanitária. Gera perda de empregos, queda de renda, além de produzir uma verdadeira destruição e interrupção do sistema alimentar, gerando assim uma insegurança alimentar extrema como estamos assistindo.

A insegurança alimentar e nutricional na faixa de Gaza é considerada uma tragédia humanitária aguda e em rápida evolução, que deixará um legado de consequências devastadoras e de longo prazo nessa população, especialmente para as crianças.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 500 mil pessoas em Gaza passam fome, e quando o recorte são as crianças estima-se que 260 mil menores de 5 anos estão sofrendo de desnutrição, com o número aumentando exponencialmente.

continua...

Insegurança alimentar na guerra da Palestina

Bianca Leocadio Duarte

Nutrição - UFPel

O IPC, que é a escala internacional de medida de insegurança alimentar, que vai da fase 1 à 5, já aponta que essa região de conflito está no nível 5, indicando fome/colapso total. O relatório divulgado revela ainda que a situação deve se agravar.

O Comitê de Revisão da Fome (FRC) classifica o cenário como uma “catástrofe inteiramente causada pelo homem”, e que essa situação pode ser revertida e interrompida com o cessar-fogo imediato, acesso humanitário irrestrito e restauração de fluxos comerciais.

Por aqui ficamos com um sentimento de profunda dor em saber que a fome está sendo utilizada como arma de guerra contra civis inocentes que ainda nem tem o entendimento do que está acontecendo, no caso das crianças, mas com uma grande esperança que a paz volte e que as pessoas dessas regiões possam ter um direito básico da humanidade, que é a segurança alimentar, garantido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. CONSEA repudia o uso da fome como arma contra o povo palestino em Gaza. Nota pública, 24 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2025/junho/consea-repudia-o-uso-da-fome-como-arma-contr-o-povo-palestino-em-gaza>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL ESCOLA. Insegurança alimentar: o que é, causas, no Brasil. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/inseguranca-alimentar.htm>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FOMERI. A crise da fome em Gaza e a urgência do cessar-fogo. Brasil de Fato, 10 nov. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/fomeri/2025/11/10/a-crise-da-fome-em-gaza-e-a-urgencia-do-cessar-fogo/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2024: Israel e Palestina. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/israel-and-palestine>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PRATO CHEIO. Palestina, da abundância à fome. O Joio e O Trigo, 14 out. 2025. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2025/10/palestina-da-abundancia-a-fome/>. Acesso em: 30 out. 2025.

UNISINOS – IHU. Relatório inédito do IPC expõe crise alimentar devastadora na Faixa de Gaza. IHU Unisinos, 16 maio 2025. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/652080-relatorio-inedito-do-ipc-expoe-crise-alimentar-devastadora-na-faixa-de-gaza>. Acesso em: 26 out. 2025.

Terapia Ocupacional em Gaza: Histórias marcadas pela guerra e pela reconstrução de vidas

Graziele Gerhardt

Terapia Ocupacional - UFPel

Embora a Primeira Guerra Mundial seja frequentemente associada ao surgimento da Terapia Ocupacional (TO), pesquisas históricas indicam que o conflito funcionou como um impulsionador e não como origem da profissão (MORRISON, 2016).

Nos Estados Unidos, diante da previsão de retorno de mais de 123 mil veteranos com deficiências após 1919, o governo organizou programas de formação profissional voltados à reabilitação física, social e vocacional, configurando uma atuação intermediária entre o domínio médico e o campo da educação vocacional (QUIROGA, 1995).

Nesse contexto, emergiu nos EUA, Canadá e Inglaterra o Movimento de Reconstrução, que incorporou mulheres civis, as “auxiliares da reconstrução” aos hospitais militares para atuar diretamente nos processos de reabilitação dos soldados feridos (CRANE, 1927; GUTMAN, 1995; SANZ; RUBIO; PASTOR, 2013). A inserção desses profissionais fortaleceu e ampliou a visibilidade da Terapia Ocupacional, consolidando-a como prática essencial dentro das equipes multidisciplinares de reabilitação, compostas por médicos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e enfermeiras (MORRISON, 2014).

Em meio aos escombros, à dor e à incerteza, a Terapia Ocupacional

emerge na Faixa de Gaza como um ato de resistência e esperança. Mais do que reabilitar corpos feridos, terapeutas ocupacionais ajudam pessoas a retomarem suas vidas, papéis ocupacionais e dignidade em um território devastado por sucessivos conflitos. A profissão, muitas vezes subestimada em cenários de crises humanitárias, ganha destaque ao focar na reabilitação, dos laços sociais e do sentimento de pertencimento.

A população de Gaza convive com uma realidade de violência contínua, que resulta em um número elevado de ferimentos graves, amputações e traumas complexos.

As consequências físicas são agravadas pela pobreza extrema, pela escassez de recursos médicos e pela dificuldade de acesso a tecnologias assistivas e oportunidades de trabalho. Nesse cenário, a reabilitação é um desafio e a Terapia Ocupacional assume um papel fundamental na promoção da autonomia.

Em unidades de saúde como o hospital Al-Awda, apoiado pelos Médicos Sem Fronteiras (MSF), terapeutas ocupacionais como Yousef Alwikhery dedicam-se à reabilitação de pacientes com lesões complexas. Com apenas um programa de formação disponível na região, a atuação desses

continua...

Terapia Ocupacional em Gaza: Histórias marcadas pela guerra e pela reconstrução de vidas

Graziele Gerhardt

Terapia Ocupacional – UFPel

profissionais é ainda mais crucial. O trabalho consiste em ajudar os pacientes a aprenderem novamente tarefas essenciais do dia a dia, como vestir-se, tomar banho e realizar atividades motoras necessárias para o trabalho e a vida em comunidade.

A criatividade torna-se uma ferramenta indispensável.

Devido ao bloqueio que restringe a entrada de materiais, os terapeutas improvisam órteses e dispositivos com objetos cotidianos, como secadores de cabelo e chaleiras elétricas, para reduzir a dor e melhorar a funcionalidade dos pacientes. Além da reabilitação física, a dimensão psicossocial é central. A recuperação da autonomia em atividades básicas impacta diretamente a autoestima e a saúde mental, combatendo sentimentos de vergonha e perda de identidade.

Um exemplo notável é a história de Ahmad, um homem de 32 anos que perdeu sua mão dominante, interrompendo sua carreira como cabeleireiro. Ao longo de seis meses de Terapia Ocupacional, ele não apenas recuperou sua independência funcional, mas também fortaleceu seu bem-estar psicológico, tornando-se uma fonte de inspiração e apoio para outros pacientes.

A jornada de Ahmad ilustra o poder transformador da TO em Gaza, onde, mesmo com recursos limitados, os terapeutas ajudam a reconstruir vidas, devolvendo às pessoas a capacidade de retomar suas rotinas e participar ativamente de suas comunidades.



A imagem disponibilizada pela organização Médicos Sem Fronteiras em seu relato sobre reabilitação na Faixa de Gaza apresenta dois momentos que simbolizam a retomada da vida cotidiana após a perda de membros. Em uma das cenas, um homem aparece exercendo novamente sua atividade como cabeleireiro, demonstrando como a reabilitação e o suporte terapêutico tornam possível reconstruir habilidades e recuperar papéis ocupacionais interrompidos pela violência.



Na outra, um ciclista utiliza sua prótese enquanto pedala, gesto que ele descreve, no próprio site, como um refúgio emocional e uma forma de reencontrar bem-estar após a amputação.

Terapia Ocupacional em Gaza: Histórias marcadas pela guerra e pela reconstrução de vidas

Graziele Gerhardt

Terapia Ocupacional - UFPel

Diante desse cenário brutal, torna-se impossível ignorar a força e a resistência das pessoas que vivem na Faixa de Gaza.

A atuação da Terapia Ocupacional na região evidencia não apenas a importância da reabilitação em contextos de guerra, mas também a necessidade de reconhecer a humanidade de cada indivíduo que busca reconstruir sua vida em meio à devastação.

Refletir sobre essa prática nos permite reafirmar princípios fundamentais da Terapia Ocupacional como dignidade, participação e autonomia e compreender a relevância da profissão em contextos de crise, onde o cuidado torna-se um elemento essencial de reconstrução e continuidade da vida.

REFERÊNCIAS

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Reconstructing lives after amputations in Gaza, Palestine. 2023. Disponível em: <https://www.msf.org/reconstructing-lives-after-amputations-gaza-palestine>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MONZELI, Gustavo Artur. Histórias da terapia ocupacional na América Latina: a criação dos primeiros programas de formação profissional. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. E-book.

Genocídio em Gaza sob Jurisdição Internacional

Lucimara Libarino Silva

Direito - UFPel

África do Sul levou à Corte Internacional de Justiça (CIJ) uma ação baseada na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, da qual tanto Israel quanto Pretória são signatários.

No processo, o governo sul-africano acusa Israel de cometer genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade contra a população palestina na Faixa de Gaza. O presidente Cyril Ramaphosa chegou a comparar as ações israelenses ao regime de apartheid, e a iniciativa recebeu apoio de diversas organizações de direitos humanos, instituições internacionais e países que manifestaram solidariedade à posição sul-africana.

A resposta de Israel foi imediata e dura. O porta-voz oficial, Eylon Levy, disse rejeitar as acusações “com repulsa” e acusou a África do Sul de cooperar com o Hamas. Levy classificou o processo como um “libelo de sangue”, expressão usada para denunciar falsas acusações históricas contra judeus, e afirmou que a iniciativa favorecia “os herdeiros modernos dos nazistas”.

Apesar de historicamente ignorar instâncias internacionais, Israel decidiu comparecer à CIJ em 2 de janeiro de 2024 para responder ao caso. Poucos dias depois, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu reforçou o tom de

enfrentamento ao declarar: “Ninguém nos impedirá. Nem Haia, nem o Eixo do Mal, ninguém.” Autoridades israelenses chegaram a acusar o tribunal de antisemitismo, sustentando que, embora trágica, a morte de milhares de civis palestinos seria inevitável e justificável em legítima defesa.

O caso ganhou novo capítulo em 20 de maio de 2024, quando o promotor do Tribunal Penal Internacional (TPI), Karim Khan, solicitou mandados de prisão contra Netanyahu e o ministro da Defesa Yoav Gallant. Segundo Khan, havia “motivos razoáveis” para acreditar que ambos tinham responsabilidade criminal por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos em Gaza desde pelo menos 8 de outubro de 2023. A acusação não incluiu genocídio, juridicamente distinto da tipificação de “extermínio”. Os mandados foram expedidos em 21 de novembro de 2024.

Pouco depois, em dezembro de 2024, a Anistia Internacional divulgou relatório acusando Israel de genocídio e pediu ao TPI que avaliasse com urgência a possibilidade de incluir esse crime na investigação em andamento sobre a situação no Estado da Palestina.

continua...

Genocídio em Gaza sob Jurisdição Internacional

Lucimara Libarino Silva

Direito - UFPel

O jurista Matiangai Sirleaf classificou o que ocorre em Gaza como “o primeiro genocídio transmitido ao vivo da história”, ressaltando que, apesar da ampla documentação e das imagens disponíveis, isso não tem se traduzido em ações efetivas da comunidade internacional.

Na mesma linha, a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Palestina alertou que Estados podem ser considerados cúmplices caso não adotem medidas para prevenir o genocídio, especialmente se ignorarem as ordens da CIJ ou contribuírem direta ou indiretamente para sua prática.

REFERÊNCIAS

Chao-Fong, Léonie; Yang, Maya; Belam, Martin; Ahmad, Reged; Yang, Léonie Chao-Fong (now); Maya; Ahmad (earlier), Reged (30 de dezembro de 2023). «UN humanitarian chief 'strongly condemns' attack on aid convoy – as it happened». the Guardian (em inglês). ISSN 0261-3077. Consultado em 16 de novembro de 2025

«South Africa launches case at top UN court accusing Israel of genocide in Gaza». AP News (em inglês). 29 de dezembro de 2023. Consultado em 1 de abril de 2025

Carl, Traci (29 de dezembro de 2023). «South Africa accuses Israel of genocide in a U.N. court». The New York Times (em inglês). ISSN 0362-4331. Consultado em 16 de novembro 2025

«South Africa asks World Court for more measures against Israel». Reuters (em inglês). 6 de março de 2024. Consultado em 17 de novembro de 2025

Grim, Ryan; Scahill, Jeremy (15 de abril de 2024). «Leaked NYT Gaza Memo Tells Journalists to Avoid Words "Genocide," "Ethnic Cleansing," and "Occupied Territory"». The Intercept (em inglês). Consultado em 18 de novembro de 2025

Sirleaf, Matiangai V. S (6 de junho de 2024). «Palestine as a Litmus Test for Transitional Justice». The International Journal of Transitional Justice (em inglês) (1): 162-188. ISSN 1752-7716. doi:10.1093/ijtj/ijae012. Consultado em 18 de abril de 2025

Levitz, Eric (13 de outubro de 2023). «The U.S. Is Giving Israel Permission for War Crimes». Intelligencer (em inglês). Consultado em 18 de novembro de 2025

Ayyash, Muhannad. «A genocide is under way in Palestine». Al Jazeera (em inglês). Consultado em 18 de novembro de 2025

Taub, Amanda (30 de maio de 2024). «What the I.C.J. Ruling Actually Means for Israel's Offensive in Rafah». The New York Times (em inglês). ISSN 0362-4331. Consultado em 1 de abril de 2025 Is genocide in Gaza». The New Arab (em inglês). Consultado em 17 de novembro de 2025

SAÚDE MENTAL COMO CAMPO DE BATALHA:

— Gaza e a política do sofrimento —

Maria Fernanda Fernandes & Luiza de Oliveira Maciel

Psicologia - UFPel

Compreender a realidade em Gaza requer considerar não apenas os danos físicos da violência, mas também seus efeitos profundos sobre a saúde mental e sobre a vida social da população.

Em um contexto marcado por insegurança crônica, perdas sucessivas e destruição sistemática de espaços de convivência, a experiência subjetiva é reorganizada de forma intensa. A violência deixa de ser um evento pontual e passa a compor o ambiente cotidiano, influenciando diretamente a forma como as pessoas sentem, se relacionam e constroem significado.

Do ponto de vista da psicologia social, a saúde mental é inseparável das condições materiais e simbólicas de existência. Elementos como previsibilidade, pertencimento e continuidade, fundamentais para o bem-estar psicológico, são constantemente interrompidos em Gaza. Nesse cenário, a perda de lares, escolas, hospitais e redes comunitárias enfraquece os vínculos que sustentam a sensação de apoio e segurança. Assim, o sofrimento psíquico não emerge apenas de experiências individuais, mas de processos coletivos que atravessam toda a comunidade.

A exposição prolongada à violência produz um estado de vigilância emocional que dificulta descansar, regular emoções, manter atenção e projetar o futuro. Dessa forma, a vida cotidiana passa a ser estruturada pela necessidade de resposta ao risco constante, o que limita a capacidade de estabelecer rotinas e de cultivar relações estáveis.

Para adultos, o impacto se intensifica pela responsabilidade de proteger crianças e reorganizar a vida após perdas sucessivas.

Esse esforço contínuo – emocional, social e material – gera uma sobrecarga psíquica que não pode ser compreendida como fragilidade individual, mas como consequência direta das condições políticas e estruturais que moldam a vida em Gaza.

Nessas circunstâncias, cuidar da família e manter algum sentido de normalidade torna-se um desafio diário, atravessado por incerteza e instabilidade.

A Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo informa que a distribuição de suprimentos alimentares já alcançou aproximadamente 1,69 milhão de pessoas, enquanto os serviços de saúde, ainda que restritos, possibilitaram a realização de mais de 12 mil atendimentos médicos.

continua...

SAÚDE MENTAL COMO CAMPO DE BATALHA: Gaza e a política do sofrimento

Maria Fernanda Fernandes & Luiza de Oliveira Maciel

Psicologia - UFPel

Os dados também indicam que cerca de 730 mil indivíduos deslocados, entre eles aproximadamente 520 mil crianças, receberam suporte psicossocial, evidenciando os profundos impactos do conflito sobre a saúde mental da população. Mesmo assim, persiste a demanda urgente por assistência contínua, sobretudo para aqueles que estão retornando às suas residências em um contexto de extrema destruição (UNRWA, 2025).

A compreensão do sofrimento psíquico vivido pela população palestina exige reconhecer que ele não surge de acontecimentos isolados, mas de um processo histórico e contínuo de violência colonial, racial e genocida que atravessa gerações desde 1948 (ZUGUEIB; ADI; SAHD, 2024).

Nessa perspectiva, a repetição de expulsões, bombardeios, humilhações e destruição dos espaços de vida sustenta um estado permanente de ameaça que molda subjetividades e interrompe perspectivas de futuro. Samah Jabr (2018) descreve esse fenômeno como um trauma contínuo, coletivo e transgeracional, pois não existe um momento posterior à violência em que seja possível reorganizar a vida emocional. Relatórios como os da Save the Children (2022; 2023) evidenciam que crianças e jovens vivem marcados por medo persistente, ansiedade, insônia, enurese e mutismo reativo, sintomas agravados pela destruição de escolas, hospitais e casas, que elimina qualquer sensação de proteção.

Esses elementos, articulados pelos autores, revelam como o trauma se expressa de forma acumulativa, atravessando o cotidiano e atingindo diretamente a formação psíquica das novas gerações (ZUGUEIB; ADI; SAHD, 2024).

Essa dinâmica se intensifica quando se observa que as condições impostas à população de Gaza fazem parte de um regime de apartheid e de um projeto de colonialismo de povoamento que produz danos físicos e mentais como estratégia de controle e dominação (ZUGUEIB; ADI; SAHD, 2024). O relatório de Francesca Albanese (United Nations, 2024) caracteriza esse cenário como um estágio avançado de destruição, no qual deslocamentos forçados, mortes em massa, privação de direitos e humilhações sucessivas têm como efeito o enfraquecimento de vínculos sociais, identidades e estruturas emocionais.

O trauma coletivo decorrente da perda reiterada de familiares, lares e comunidades se torna um marcador político e afetivo que atravessa toda a população e se perpetua geracionalmente.

A continuidade das agressões impede qualquer estabilidade psíquica e consolida um contexto de medo, desamparo e desesperança, no qual o sofrimento mental não pode ser compreendido como experiência individual, mas como expressão direta de uma violência colonial contínua que opera sobre corpos, territórios e subjetividades (ZUGUEIB; ADI; SAHD, 2024).

SAÚDE MENTAL COMO CAMPO DE BATALHA: Gaza e a política do sofrimento

Maria Fernanda Fernandes & Luiza de Oliveira Maciel

Psicologia - UFPel

Nesse contexto de devastação prolongada, o cuidado em saúde mental assume um papel central na resistência e na reconstrução comunitária. Um exemplo significativo desse esforço é o Programa de Saúde Mental Comunitária de Gaza (GCMHP), que atua como a principal rede local de atenção psicossocial. Por meio de atendimento clínico, primeiros socorros psicológicos, apoio a famílias deslocadas e

fortalecimento de vínculos comunitários, o programa se torna uma resposta essencial às múltiplas camadas de sofrimento geradas pela violência e pelo cerco.

A atuação do GCMHP evidencia que, mesmo diante da destruição de infraestrutura, é possível construir espaços de cuidado, acolhimento e preservação da vida psíquica, reafirmando a saúde mental como dimensão fundamental na sobrevivência e na dignidade da população palestina (Gaza Community Mental Health Programme, s.d.).

REFERÊNCIAS

GAZA COMMUNITY MENTAL HEALTH PROGRAMME – GCMHP. About Us. Disponível em: <https://www.gcmhp.org/about-us>. Acesso em: 19 nov 2025.

JABR, Samah. Derrière les fronts: chroniques d'une psychiatre psychothérapeute palestinienne sous occupation. Paperback, 2018.

SAVE THE CHILDREN. Trapped: The impact of 15 years of blockade on the mental health of Gaza's children. 2022. Disponível em: https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/gaza_blockade_mental_health_palestinian_children_2022.pdf/. Acesso em: 19 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Anatomy of a Genocide – Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967. Human Rights Council, 2024.

UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST – UNRWA. UNRWA Situation Report #158: Situation in the Gaza Strip and West Bank, including East Jerusalem. 7 fev 2025. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-158-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem>. Acesso em: 17 nov 2025.

ZUGUEIB, Jamil; ADI, Ashjan Sadique; SAHD, Fábio Bacila. A anatomia e a psicologia do genocídio em Gaza: inter-relações. Malala, São Paulo, v. 12, n. 15, p. 69–86, dez. 2024. DOI: 10.11606/issn.2446-5240.malala.2024.224410.

SAVE THE CHILDREN. Children's mental health in Gaza pushed beyond breaking point after nearly a month of siege and bombardment. Ramallah, 7 nov. 2023. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/news/children-s-mental-health-gaza-pushed-beyond-breaking-point-after-nearly-month-siege-and>. Acesso em: 19 nov. 2025.

Quando a empatia falha: A seletividade moral diante do genocídio na Palestina

Max Chagas Soares e Robson Rodrigues

Psicologia e Odontologia - UFPel

A empatia segundo o senso comum é conceituada como a capacidade de se colocar no lugar do outro, porém se pararmos para analisar esse movimento nunca é de fato possível, tendo em vista que o lugar do outro está sempre ocupado por esse mesmo.

Ao presumir que sabemos exatamente o que se passa com esse outro, acabamos não dando espaço para ele expressar sua subjetividade. Então, a verdadeira empatia seria dar ao outro a experiência de ser compreendido, ou seja, ouvir sua história sem tentar substituir a sua vivência pela nossa cosmovisão. Já a empatia seletiva seria então a capacidade de compreendermos somente alguns grupos em detrimento de outros, onde uns teriam seu sofrimento reconhecido e valorizado, enquanto outros grupos seriam silenciados, geralmente envolvendo questões culturais, geopolíticas, religiosas e raciais. Embora a mídia traga os horrores do genocídio a céu aberto que vem ocorrendo na Palestina ao conhecimento público, ela o faz de maneira seletiva. De modo que, vidas palestinas são politicamente descartáveis e seu sofrimento invisibilizado e apagado. Judith Butler, em seu livro Quadros de guerra: Quando

a vida é passível de luto?, nos diz que: “uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida”. Existem diversos relatórios da Organização das Nações Unidas¹, Humans Rights Watch² e da Anistia Internacional³ relatando que o povo palestino não possui seus direitos básicos garantidos, onde o colonialismo de assentamento se organiza produzindo sujeitos desumanizados e descartáveis, sendo assim impossível o luto diante da morte do povo palestino.

A consciência do sofrimento global é moldada por enquadramentos midiáticos que selecionam quais violências merecem atenção e quais podem desaparecer do campo visual sem estranhamento.

Em Diante da dor dos outros, Susan Sontag argumenta que “A consciência do sofrimento que se acumula em um elenco

seleto de guerras travadas em terras distantes é algo construído. Sobre tudo na forma como as câmeras registram, o sofrimento explode, é compartilhado por muita gente e depois desaparece de vista. Ao contrário de um relato escrito que, conforme sua complexidade de pensamento, de referências e de vocabulário, é oferecido a um número maior ou menor de leitores, uma foto só tem uma língua e se destina potencialmente a todos”.

continua...

Quando a empatia falha: A seletividade moral diante do genocídio na Palestina

Max Chagas Soares, Robson Rodrigues

Psicologia, Odontologia - UFPel

Embora imagens de destruição, mutilação e morte circulem amplamente, elas são muitas vezes apresentadas de modo fragmentado, descontextualizado ou reduzidas a um “conflito” entre dois lados equivalentes, o que contribui para a naturalização da violência colonial exercida pelo estado de Israel. O sofrimento palestino torna-se visível apenas em flashes intermitentes, incapazes de produzir uma transformação ética duradoura, pois não são acompanhados de narrativas que reconheçam a historicidade, a desumanização e o apagamento sistemático que estruturam a vida na Faixa de Gaza.

Dessa forma, as imagens difundidas pela mídia hegemônica acabam reforçando a empatia seletiva: vidas palestinas aparecem, mas não contam plenamente como vidas, seu sofrimento é mostrado, mas raramente compreendido, e sua dor, como indica Sontag, é enquadrada de maneira a ser vista por todos, mas sentida e lamentada por poucos.

Cessar fogo: violações silenciadas e a seletividade da mídia

O cessar-fogo em Gaza, que deveria significar um alívio para a população civil, tem sido repetidamente desrespeitado. Na prática, o que se vê são ataques que continuam acontecendo mesmo após anúncios oficiais de trégua, colocando em xeque o próprio sentido desses acordos. Bombardeios,

incursões militares e restrições à ajuda humanitária seguem afetando diretamente quem já vive em uma situação extrema, como se o cessar-fogo fosse apenas uma pausa conveniente no discurso, e não um compromisso real.

O problema se agrava quando observamos como a grande mídia trata essas violações. Existe uma clara seletividade na cobertura: quando o cessar-fogo é rompido por certos lados do conflito, a notícia costuma vir acompanhada de justificativas, termos amenos ou enquadramentos que falam em “resposta” ou “retaliação”. Já as consequências para os civis em Gaza: mortes, destruição de casas, falta de água, energia e atendimento médico, muitas vezes aparecem como números frios ou sequer ganham destaque.

Essa forma de noticiar cria uma narrativa desigual. O sofrimento dos palestinos acaba sendo tratado como algo rotineiro, quase esperado, enquanto outros episódios recebem mais atenção, emoção e continuidade na cobertura.

Além disso, a mídia frequentemente ignora o contexto maior: o bloqueio prolongado, a ocupação e o enorme desequilíbrio de poder entre as partes. Sem esse pano de fundo, o público recebe uma versão simplificada e distorcida da realidade.

Ao priorizar fontes oficiais e discursos governamentais, muitos veículos deixam

continua...

Quando a empatia falha: A seletividade moral diante do genocídio na Palestina

Max Chagas Soares, Robson Rodruigues

Psicologia, Odontologia- UFPel

de ouvir quem está diretamente vivendo o conflito: os civis. Isso enfraquece o debate público e contribui para a normalização das violações do cessar-fogo, como se romper acordos e atingir a população civil fosse apenas mais um capítulo previsível da guerra. Enquanto a mídia continuar tratando o descumprimento do cessar-fogo de forma seletiva, o que acontece em Gaza corre o risco de seguir invisibilizado, e a indignação internacional continuará sendo distribuída de forma desigual.

1https://www.un.org/unispal/document/deteriorating-human-rights-and-humanitarian-situation-in-the-occupied-palestinian-territory-ohchr-press-release/?utm_source=chatgpt.com

2https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution?utm_source=chatgpt.com

3https://anistia.org.br/informe/relatorio-da-anistia-internacional-classifica-como-genocidio-os-atos-de-israel-contra-os-palestinos-na-faixa-de-gaza/?utm_source=chatgpt.Com

REFERÊNCIAS

ALANA. Empatia. ALANA. Disponível em:

<https://alana.org.br/glossario/empatia/>.

Acesso em: 20 nov. 2025.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros.

Disponível em:

[https://dlivros.com/livro/diante-dor-](https://dlivros.com/livro/diante-dor-outros-susan-sontag)

[outros-susan-sontag](https://dlivros.com/livro/diante-dor-outros-susan-sontag). Acesso em: 20 nov.

2025.

LÉVY, Jonathan (org.) [?]. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto.

Disponível em:

<https://dokumen.pub/quadros-de-guerra-quando-a-vida-e-passivel-de-luto-7.html>.

Acesso em: 20 nov. 2025.

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/se-cretario-geral-da-onu-denuncia-violacoes-do-cessar-fogo-em-gaza/>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-11/gaza-271-palestinos-foram-assassinados-em-um-mes-do-cessar-fogo>

Do Holocausto ao Genocídio em Gaza: Quando a História Não Basta

Tayanne Costa Silva

Relações Internacionais - UFPel

A Segunda Guerra Mundial representou um abalo sem precedentes na história da humanidade.

Entre seus capítulos mais sombrios, destacam-se o Holocausto e a política de extermínio conduzida pelo regime nazista, cuja consolidação, a partir de 1933, marcou o início de um projeto político fundamentado na supremacia racial ariana e na eliminação de grupos considerados inferiores (USHMM, 2024). Aproximadamente seis milhões de judeus foram assassinados em campos de concentração e extermínio, pois eram considerados os inimigos número um daquele regime. Além desse grupo, pessoas ciganas, negras, homossexuais, pessoas com deficiência, comunistas, prisioneiros de guerra soviéticos e opositores políticos também foram alvo da maquinaria genocida, totalizando cerca de 11 milhões de mortos¹ (USHMM, 2023).

Um aspecto particularmente perturbador desse processo é que todo o genocídio foi legalmente estruturado, isto é, amparado por normas internas que institucionalizaram a exclusão e a violência.

As Leis de Nuremberg (1935), por exemplo, constituíram um marco desse processo, ao estabelecer bases jurídicas para o racismo de Estado e retirar direitos civis, políticos e sociais de judeus e outros grupos perseguidos. Posteriormente, o Tribunal de Nuremberg viria a julgar e punir os principais responsáveis alemães por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes contra a paz, inaugurando um novo paradigma jurídico no cenário internacional.

Esse marco histórico expôs de forma brutal a insuficiência das normas jurídicas internas e internacionais para conter a violência estatal. Tal experiência levou à criação de instrumentos normativos que, a partir de 1945, passariam a fundamentar o Direito Internacional dos Direitos Humanos. No entanto, o que se vê na Palestina hoje é um testemunho trágico da falha em aplicar esses mesmos instrumentos que foram concebidos precisamente para evitar a repetição de atrocidades, mostram-se paralisadas diante de uma realidade de ocupação militar, deslocamento forçado em massa e violência indiscriminada.

continua...

Do Holocausto ao Genocídio em Gaza: Quando a História Não Basta

Tayanne Costa Silva

Relações Internacionais - UFPel

Em comparação ao fato mencionado anteriormente, o que ocorre com o povo palestino se assemelha, em partes, ao processo de desumanização e violência estatal observado no período nazista.

Assim como as Leis de Nuremberg pavimentaram juridicamente o caminho para a exclusão e o extermínio, o povo palestino vive há décadas sob um regime jurídico que normaliza a privação de direitos.

Em 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 181 que estabelecia a divisão do território palestino em Estados árabe e judeu. Resultado disso, com a criação do Estado de Israel, em 1948, foi desencadeado um processo conhecido como Nakba (catástrofe), caracterizado pelo deslocamento forçado de mais de 750 mil palestinos e cerca de 400 vilarejos destruídos por tropas judaicas naquela época.

Nas décadas seguintes, o conflito se intensificou por meio de sucessivas guerras, com destaque para a Guerra dos Seis Dias (1967), quando Israel passou a ocupar militarmente a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Essa ocupação foi declarada ilegal por diversas resoluções do próprio Conselho de Segurança da ONU, mas permanece até o presente, afetando diretamente a mobilidade, os direitos civis, as condições de vida e a autodeterminação do povo palestino. O cerco a Gaza, imposto por Israel desde 2007,

transformou o território no que especialistas em direitos humanos, como o ex-relator especial da ONU Michael Lynk, chamaram de "prisão a céu aberto" (ONU News, 2022).

O controle israelense sobre as fronteiras, o espaço aéreo e marítimo, e também a entrada de alimentos, água, energia e medicamentos criou uma crise humanitária crônica.

Esta realidade encontra eco perturbador na lógica de isolamento e desumanização que precedeu o Holocausto, onde um grupo foi progressivamente retratado como uma ameaça a ser contida e eliminada.

O quadro se agravou dramaticamente após o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023, que resultou em mortes de civis israelenses e tomada de reféns. Em resposta, Israel lançou uma ofensiva militar de grande escala contra Gaza, caracterizada por bombardeios intensos, destruição maciça de infraestrutura civil, deslocamentos forçados e uma taxa inédita de mortalidade infantil. A retaliação militar, embora enquadrada pelo governo israelense como ato de autodefesa, foi denunciada por relatores da ONU, organizações humanitárias e especialistas em direito internacional como desproporcional e de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e atos genocidas.

Do Holocausto ao Genocídio em Gaza: Quando a História Não Basta

Tayanne Costa Silva

Relações Internacionais - UFPel

Em qualquer crise humanitária, os corpos mais vulneráveis - crianças, mulheres, idosos e doentes - tornam-se o termômetro mais cruel da violência. Conforme dados da Federação Palestina, reproduzidos pela Agência Câmara de Notícias, quando o conflito ultrapassou 200 dias, as crianças constituíam o grupo mais afetado, somando aproximadamente 19 mil mortes, o que representa cerca de 44% do total de vítimas fatais. As mulheres vinham em seguida, correspondendo a aproximadamente 24,5% das mortes registradas. As graves consequências, como fome, sede, feridos, pessoas doentes etc., resultado do bloqueio e dos bombardeios, não escolhem combatentes, ceifam vidas indiscriminadamente.

Esta é uma repetição trágica de um padrão histórico: a maquinaria de guerra primeiro desumaniza o inimigo coletivamente, para que a morte de seus civis seja enquadrada não como tragédia, mas como "dano colateral" inevitável ou, pior, como um preço aceitável a ser pago.

A destruição de lares, hospitais e toda a infraestrutura vital não é um efeito colateral, mas uma característica de uma guerra que visa tornar a vida insustentável.

No final das contas, o que se desenrola em Gaza e na Palestina histórica não é um conflito entre dois lados iguais, mas um jogo de poder profundamente assimétrico.

De um lado, uma potência militar nuclear, apoiada financeira e diplomaticamente por grandes potências. Do outro, um povo despossuído, fragmentado e sitiado.

A comunidade internacional assiste, muitas vezes paralisada por vetos em conselhos de segurança e por alianças geopolíticas estratégicas. Enquanto diplomatas discutem terminologias e processos de paz que nunca avançam, no terreno, a lógica da força prevalece. E, como em todos os capítulos sombrios da história, quem paga o preço final - com sangue, com fome, com o luto interminável e com o desespero de ver um futuro ser negado - são sempre aqueles que não pediram guerra.

Honrar os milhões que pereceram no regime nazista é lutar incansavelmente para que nenhum outro povo seja submetido a processos de desumanização e destruição em massa. Calar-se ou agir com ambiguidade diante do sofrimento palestino é trair a própria lição que a história, com tanta dor, tentou nos ensinar.

¹ O número de "11 milhões de mortos" refere-se exclusivamente às vítimas judaicas e não judaicas perseguidas e assassinadas pelo regime nazista por motivos raciais, políticos ou sociais, incluindo judeus, ciganos, pessoas com deficiência, prisioneiros de guerra soviéticos, opositores políticos e outros grupos. Não inclui soldados mortos em combate nem civis mortos por ações militares gerais durante a Segunda Guerra Mundial, nesse caso o número ultrapassa 50 milhões de mortos.

Do Holocausto ao Genocídio em Gaza: Quando a História Não Basta

Tayanne Costa Silva

Relações Internacionais - UFPel

REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Crianças e mulheres são as maiores vítimas da guerra na Faixa de Gaza, ressaltam debatedores. Brasília, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1056658-criancas-e-mulheres-sao-as-maiores-vitimas-da-guerra-na-faixa-de-gaza-ressaltam-debatedores/>.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2024: Israel e Palestina. Human Rights Watch, 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/israel-and-palestine>. Acesso em: 18 nov. 2025.

JORNAL DO CAMPUS. Questão Israel-Palestina: 73 anos de limpeza étnica. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2021/O6/questao-israel-palestina-73-anos-de-limpeza-etnica/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ONU News. (2022). A ocupação israelense do território palestino é um "apartheid", afirma especialista em direitos humanos da ONU. Disponível em: https://news-un.org.translate.goog/en/story/2022/O3/III47O2?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 18 nov 2025.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. How Many People Did The Nazist Murder? Holocaust Encyclopedia. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution>. Acesso em: 17 nov 2025.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Introduction to the Holocaust. Holocaust Encyclopedia. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust>. Acesso em: 17 nov 2025.

QUALIDADE MIDIÁTICA E FORMAÇÃO DA OPINIÃO SOBRE O CONFLITO

Vinicius Diogo Paz Amorim

Relações Internacionais - UFPel

A opinião pública é fortemente influenciada pelos canais de mídia, principalmente os televisivos, e com o conflito em Gaza não seria diferente. Desde a gritante escalada do conflito, ele passou por uma certa dualidade tendenciosa.

Porém, conforme o conflito foi tomando maiores proporções nos últimos anos, tornando-se palco de muitos estudos, notou-se que a mídia sempre tomou uma posição altamente pró-Estado de Israel. Recentemente, no entanto, houve uma mudança repentina na forma como a mídia tem se referido ao conflito em Gaza.

Após quase dois anos de notícias contraditórias e, de certa forma, até omissas, houve, como trata o jornalista e escritor Robert Inlakesh em seu artigo publicado no “The Palestine Chronicle”, uma certa “epifania” dos canais de mídia, que passaram a perceber, quase de uma hora para outra, os males cometidos pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza. Essa mudança é justificada por alguns fatores, como o bloqueio total imposto por Israel à Faixa de Gaza ou até mesmo pela recente declaração

de uma comissão de investigação da Organização das Nações Unidas que, em um relatório, expôs haver motivos razoáveis para afirmar que Israel cometeu quatro dos cinco casos tipificados como genocídio pelo direito internacional desde a escalada do conflito em 2023. Com essas justificativas, a mídia dá a entender que só agora Israel passou dos limites e merece sofrer repúdio. Mas será que a mídia realmente percebeu somente agora que o Estado de Israel estava errado ou apenas percebeu que não era mais de bom tom apoiar Israel?

De certo modo, essa “epifania” já se mostra contraditória, pois se guia por declarações vazias, como as do primeiro-ministro britânico Keir Starmer, que pediu o fim do sofrimento em Gaza, porém segue vendendo armas ao Estado de Israel. E, quando vamos mais a fundo, percebemos que as justificativas dadas pela mídia não são embasadas nas ações de Israel, pois antes do bloqueio, mais especificamente em abril de 2024, a B’Tselem publicou um relatório no qual acusava Israel de fabricar a fome em Gaza.

continua...

QUALIDADE MIDIÁTICA E FORMAÇÃO DA OPINIÃO SOBRE O CONFLITO

Vinicius Diogo Paz Amorim

Relações Internacionais - UFPel

E muito antes do relatório das Nações Unidas, mais especificamente em 2023, houve uma denúncia da África do Sul na Corte Internacional de Justiça listando declarações genocidas do Estado de Israel. Mas, se essas informações estavam tão explícitas, por que só agora a mídia decidiu mudar de opinião?

Em seu artigo sobre mídia e criminalização da pobreza, Luamar Maria afirma que “a mídia defende os interesses do capital, passando para a sociedade seus valores como uma verdade absoluta”.

Com base nessa afirmação, vamos percebendo o que fez com que a mídia só agora decidisse noticiar os crimes de Israel. Pois, levando em consideração que um dos principais parceiros econômicos de Israel são os Estados Unidos e que este detém grande poder de influência, faz sentido que a mídia acompanhe a narrativa que mais lhe dá dinheiro. Porém, com as recentes declarações da ONU e a mudança de discurso de líderes globais, a mídia acompanhou quem a financiou, o que nos faz perceber que não, a mídia não percebeu de uma hora para outra a crueldade em Gaza, mas agora já não é mais bem-visto pela classe dominante apoiar o Estado de Israel.

Concluo com o questionamento de quem realmente tem voz diante do caos, pois, apesar de haver um grito de socorro, ele é abafado pelo constante silenciamento midiático.

REFERÊNCIAS

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/israel-acusa-hamas-de-tentar-frustrar-plano-de-trump-para-futuro-de-gaza>

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/crrj7kypj2vo>

<https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/Of6fb291-l6c6-4a23-8213-5aee9fb4c989/content>

<https://fepal.com.br/por-que-a-midia-de-repente-mudou-de-opinioao-sobre-gaza-apos-22-meses-de-cumplicidade>

<https://www.palestinechronicle.com/22-months-of-complicity-why-the-media-suddenly-changed-its-mind-on-gaza>

<https://www.brasildefato.com.br/2024/10/11/um-ano-cobrindo-o-horror-em-gaza-e-20-cobrindo-o-a-palestina>

<https://www.nuprima.com.br/post/gaza-midia-e-o-silenciamento>

DIVERSIDADE&TOLERÂNCIA
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

JORNAL CONECTANDO SABERES

33ª edição

@PET.DT

pet
diversidade
& tolerância

